



GOVERNANÇA ECONÓMICA

www.cddmoz.org

Quarta - feira, 29 de Janeiro de 2025 | Ano VI, n.º 56 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

FINANÇAS PÚBLICAS EM APUROS:

Governo enfrenta dificuldades até para cumprir despesas correntes, inclusive o pagamento de salários

UM LEGADO DE 10 ANOS DE GESTÃO IRRESPONSÁVEL E DANOSA





“

Em última instância, é crucial que Moçambique adopte uma abordagem mais equilibrada no que diz respeito à sua política fiscal, focando-se não apenas em receitas extraordinárias, mas também em fortalecer as suas instituições e garantir um ambiente económico estável, capaz de atrair investimentos sustentáveis e criar um crescimento económico inclusivo e duradouro.

”



A actual crise fiscal em Moçambique, cada vez mais visível, é o reflexo de uma década de gestão pública irresponsável, que culminou num cenário de fragilidade económica. Nos últimos dias, a situação das finanças públicas tem dominado as manchetes e as preocupações aumentam à medida que os sinais de alerta se tornam mais evidentes. Em 20 de janeiro, durante a posse do novo governo, a Ministra das Finanças, Carla Louveira, sublinhou a necessidade urgente de reestruturar a dívida pública, mencionando um défice profundo que ameaça a sustentabilidade económica do país. Este cenário foi ainda agravado pelas recentes manifestações, que provocaram uma queda significativa nas receitas fiscais, estimadas em cerca de 640 milhões de euros.

Dois dias após este alerta, o governo, reunido no Conselho de Ministros, admitiu publicamente a sua incapacidade de pagar o décimo terceiro salário aos servidores públicos. Embora, no dia 28 de janeiro de 2025, o governo tenha prometido pagar 50% do valor, o pagamento só ocorrerá em fevereiro — uma promessa tradicionalmente aguardada com expectativa pela população e uma medida que havia sido reiterada pelo ex-primeiro-ministro e ex-ministro das Finanças, Adriano Maleane. Este

compromisso, embora parecesse uma tentativa de controlar o descontentamento social, acabou por expor a situação fiscal do país.

Além disso, no dia 27 de janeiro, a Primeira-Ministra, Benvinda Levi, referiu, em resposta a perguntas da imprensa, que o corte no apoio financeiro dos Estados Unidos terá repercussões negativas nas finanças governamentais, especialmente no sector da saúde, já de si vulnerável.

Para agravar ainda mais o quadro, a multinacional TotalEnergies adiou novamente a retoma do seu projecto de gás natural liquefeito (GNL) na Bacia do Rovuma, que estava previsto para iniciar em 2025. Este projecto, orçado em 20 mil milhões de dólares, era considerado um pilar importante para a recuperação económica, com as receitas do GNL previstas para cobrir parte das despesas correntes do Estado e contribuir para a redução da dívida pública.

A soma destes factores, aliada à má gestão das finanças públicas e à realização de despesas que beneficiam exclusivamente os dirigentes — com salários e subsídios exorbitantes para membros de alto nível do governo — coloca as finanças públicas do país em uma situação de extremo aperto, incapazes de responder sequer ao mínimo das suas responsabilidades.

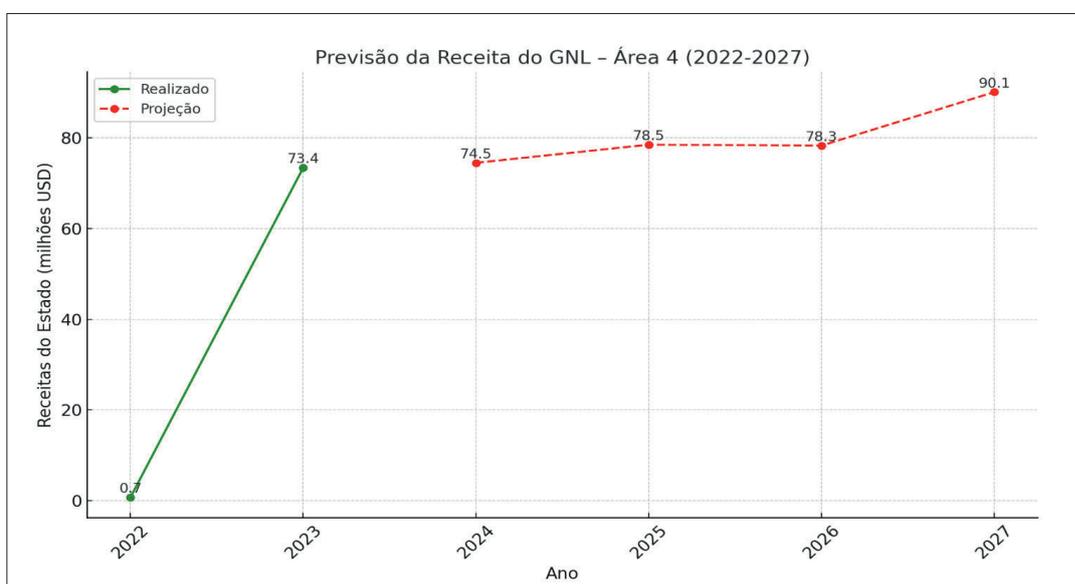
O Quadro Actual das Finanças Públicas

O governo tem declarado que as contas públicas não têm recursos suficientes para cumprir as despesas correntes, incluindo o pagamento dos salários dos funcionários públicos. A possibilidade de o décimo terceiro salário não ser pago em 2025 é cada vez mais concreta, o que agrava ainda mais o clima de insatisfação popular.

Embora o governo tenha apontado uma possível redução do défice fiscal entre 2024 e 2027, com base nas receitas do GNL, as previsões, que antes pareciam promissoras, foram abaladas pela

instabilidade política e social. A violência e a falta de paz em regiões-chave, como o norte do país, têm levado ao abandono de projectos de investimento fundamentais, como o da Bacia do Rovuma, e têm aumentado a incerteza quanto à capacidade do governo em atingir as suas metas fiscais.

O gráfico abaixo igualmente demonstra as previsões de receitas e potencial de incumprimento explicado pelo contexto sociopolítico e pela des-governança das autoridades públicas.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do CFMP (2025-2027)

Além disso, as manifestações pós-eleitorais continuam a gerar um clima de insegurança que desmotiva os investidores e prejudica a confiança na economia. Ainda no âmbito das manifestações, o candidato presidencial Venâncio

Mondlane orientou a população a não pagar impostos, o que exacerbou ainda mais as dificuldades financeiras do governo, dificultando a arrecadação fiscal necessária para enfrentar os desafios do país.

Despesas Imprudentes e a Dívida Pública

Outra questão preocupante é o aumento da dívida pública, especialmente a dívida interna. Em vez de reduzir a dependência de empréstimos externos e melhorar a gestão fiscal, o governo tem optado por endividar-se internamente para cobrir despesas correntes. Essa escolha tem elevado os custos de financiamento, com taxas de juro cada vez mais altas sobre os Bilhetes do Tesouro (BT) e as Obrigações do Tesouro (OT), o que agrava a

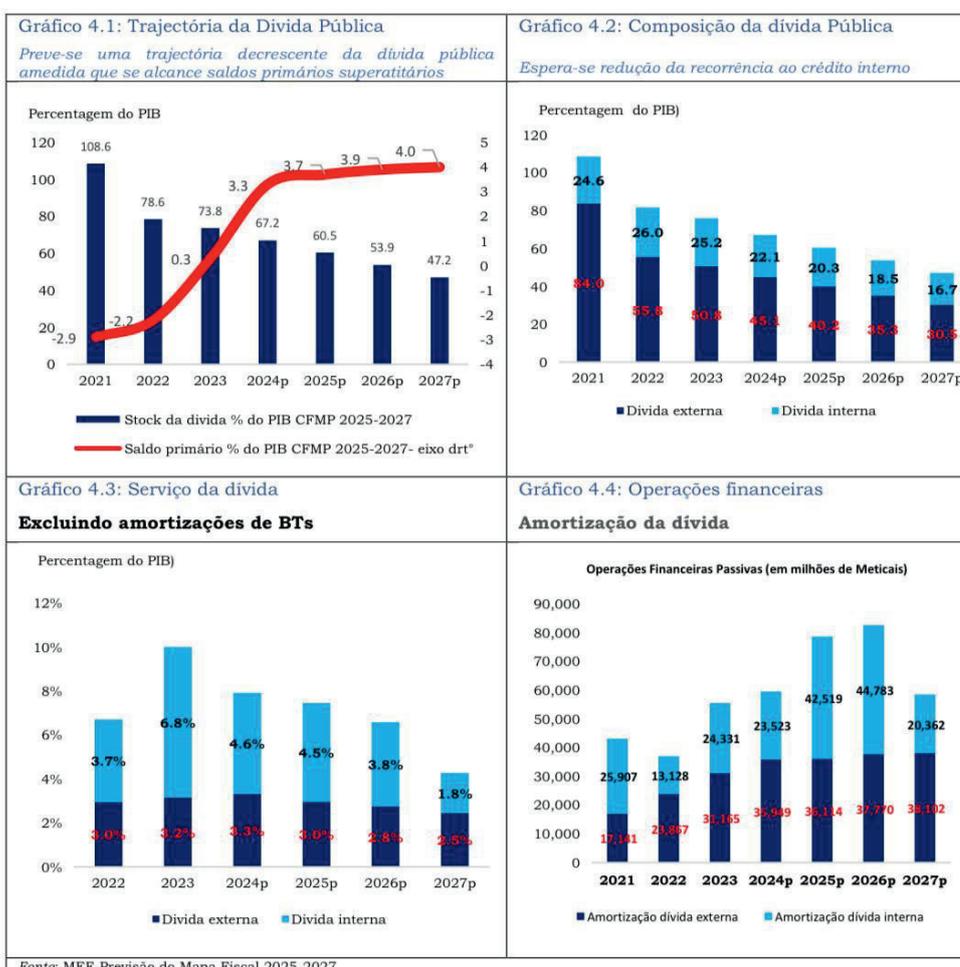
situação das finanças públicas.

A dívida interna, que atinge valores alarmantes, cria um ciclo vicioso, no qual o governo se vê forçado a contrair mais dívidas para pagar as anteriores, sem uma estratégia clara de reestruturação. A contínua emissão de novos empréstimos e a alta taxa de juros estão a reduzir a capacidade do governo de investir em áreas fundamentais, como a saúde, a educação e a infraestrutura. Esse endivi-

damento crescente também prejudica o ambiente de negócios, pois pode gerar uma competição indesejada entre o Estado e o sector privado pelo acesso ao crédito, limitando as possibilidades de crescimento económico sustentável.

A escolha de recorrer ao financiamento interno, além de aumentar o risco de instabilidade económica, também reduz a capacidade do governo de utilizar os recursos para investimentos essenciais em sectores como saúde, educação e infraestruturas. A escalada da dívida interna pode também gerar uma competição desnecessária entre o Estado e o sector privado pelo acesso ao crédito, o que pode prejudicar ainda mais o ambiente de negócios e limitar o crescimento económico a longo prazo.

Recentemente (28/01/2025), reagindo aos Jornalistas, O governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela, admitiu que o primeiro trimestre está “quase perdido” em termos de crescimento económico, devido à agitação social pós-eleitoral que prevalece, antevendo crescimento modesto para 2025 e potencial crescimento do endividamento público. “Na nossa previsão, o primeiro trimestre seria (...) quase perdido, digamos, no sentido de que tivemos uma situação muito difícil”, apontou Zandamela, acrescentando que “na melhor das hipóteses” Moçambique deve registar um “crescimento zero ou provavelmente negativo” até março. Da explicação de Zandamela, o aumento da dívida pública poderá gerar problemas no crescimento económico e na inflação.



Em Outubro de 2024, o governo emitiu novas Obrigações do Tesouro no valor de 5,7 mil milhões de meticais, com uma taxa de juro nominal fixa de 14,7%. Embora essa emissão tenha sido subscrita por operadores especializados, ela não resolve o

problema estrutural da dívida interna crescente. A dívida pública interna, que atingiu 402,7 mil milhões de meticais até Setembro de 2024, já compromete a sustentabilidade das finanças do país e impede o governo de adoptar políticas fiscais mais eficazes.

Caminhos para o Futuro

A crise fiscal que Moçambique enfrenta não é apenas uma consequência de decisões de gestão erradas, mas também de um ambiente político e social instável que desmotiva o investimento e compromete o futuro económico do país. A falha nas previsões de receitas, a escassez de recursos para cobrir as despesas correntes e o aumento da dívida pública são sintomas de uma crise que, se não for resolvida, terá graves implicações para o bem-estar da população.

A reestruturação da dívida pública e a melhoria na gestão fiscal são passos essenciais para recuperar a confiança interna e externa. Além disso, o país precisa de uma estabilidade política duradoura, que permita a recuperação de projectos de investimen-

to, como o da Bacia do Rovuma, e que assegure a implementação de reformas estruturais. O governo deve, ainda, priorizar investimentos em sectores estratégicos como saúde e educação, sem ceder a gastos imprudentes que apenas aprofundam o endividamento.

Em última instância, é crucial que Moçambique adopte uma abordagem mais equilibrada no que diz respeito à sua política fiscal, focando-se não apenas em receitas extraordinárias, mas também em fortalecer as suas instituições e garantir um ambiente económico estável, capaz de atrair investimentos sustentáveis e criar um crescimento económico inclusivo e duradouro.

Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: Salvado Raisse
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

